



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República no Estado do Pará**

**OFÍCIO PR/PA/GAB 03 N° 0151/2007**

Belém, 19 de abril de 2007

Ao senhor

**MATHEUS OTTERLOO**

Membro do GT FAOR Terra, Água, Meio Ambiente e Desenvolvimento

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)

Rua Bernal do Couto, 1329

Umarizal – Belém/PA

CEP - 66055-080

**Assunto:** Resposta à Fase sobre ações do MPF

Caro sr. Otterloo,

Cumprimentando-o, venho trazer informações sobre as principais ações do Ministério Público Federal (MPF) no Pará inseridas no contexto do “Mapa dos Conflitos Socioambientais da Amazônia Legal”, conforme combinado.

Friso que estão elencadas abaixo apenas os trabalhos de maior impacto social, já que a produção de um relatório mais detalhado seria praticamente inviável dada a grande quantidade de ações em trâmite. No total, só em 2006 mais de 24 mil processos tramitaram na Procuradoria da República no Pará.

Passo, então, a registrar as principais ações dos últimos 24 meses, subdivididas de acordo com as tipologias de classificação dos conflitos identificados no referido mapa.

### **Ordenamento territorial**

- O MPF move ação civil pública para impedir o pagamento de uma indenização indevida por causa do bloqueio de mais de 1 milhão de hectares titulados ilegalmente em nome do grupo empresarial CR Almeida. As terras em questão se localizam na região chamada “Terra do Meio”, e encontram-se em áreas de reservas federais – Estação Ecológica da Terra do Meio e reservas indígenas Ipixuna e Apyretewa. A Justiça Federal acatou o pedido do MPF e determinou que a Incenxil (Indústria, Comércio, Exportação e Navegação do Xingu Ltda) retire-se imediatamente da fazenda Curuá.
- O MPF ajuizou ação civil pública em que pediu a anulação do registro de 20,7 mil hectares inseridos em terras da União em Pacajá, no sudoeste do Pará. Segundo o MPF, as terras foram tituladas ilegalmente em nome dos produtores rurais Maria Adélia Rodrigues Rualdes e Marco Antônio Rodrigues Rualdes.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República no Estado do Pará**

- O MPF vem fiscalizando a efetiva implantação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Esperança, no município de Anapu, no sudoeste paraense. O procurador da República no município de Altamira, Marco Antônio Delfino de Almeida, esteve na localidade, onde foi assassinada a missionária Dorothy Stang, para apurar as reivindicações dos trabalhadores rurais assentados que, segundo eles, estão abandonados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Localizado a 50 km de Anapu, o PDS Esperança está com a produção estocada porque os trabalhadores não têm estrada para fazer o escoamento. A falta de uma via de ligação ao assentamento faz com que madeireiras se instalem no local e formem um poder paralelo.

### **Grandes projetos**

- O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) extinguiu os últimos recursos judiciais da Cargill Agrícola S/A contra o Ministério Público Federal no caso do polêmico porto graneleiro da empresa, às margens do rio Tapajós. Com a decisão, a Cargill não tem mais como se esquivar de cumprir a sentença da Justiça Federal que obriga a empresa a realizar Estudo de Impacto Ambiental para o porto instalado às margens do rio Tapajós. Ainda assim, a empresa conseguiu, por meio de um mandado de segurança, a reabertura do porto. O caso será julgado pelo TRF1.
- O MPF ajuizou ação civil pública contra a Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras SA) para impedir a apresentação dos Estudos de Impacto Ambiental da hidrelétrica de Belo Monte sem a obrigatória participação do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente). O MPF pediu à Vara Federal de Altamira que conceda liminar, em caráter urgente, para impedir que a estatal apresente o Eia-Rima antes da edição do termo de referência, o documento inicial de qualquer licenciamento ambiental, emitido pelo órgão licenciador. O termo de referência contém todas as questões que devem ser respondidas pelo Estudo, mas, no licenciamento de Belo Monte, ainda não foi consolidado. Isto porque a sentença judicial autorizando a confecção do Eia-Rima só foi enviada ao Ibama no último dia 29 de março e "não é crível que no espaço de tempo de cerca de dez dias tenham sido efetivadas as inspeções no local, realizadas reuniões com as comunidades afetadas e concluído o termo de referência de uma obra de tal magnitude", como registram os procuradores da República na ação ajuizada na Justiça Federal.
- O Projeto Juruti, empreendimento da multinacional Alcoa de extração de bauxita em Juruti, no oeste do Pará, também foi analisado pela procuradoria. Trata-se de um investimento de R\$ 1 bilhão, com impactos sócio-ambientais significativos para a comunidade da região. Audiências públicas e reuniões com os envolvidos foram mediadas pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual do Pará, na busca por soluções. Juntamente com o MP Estadual, o MPF ajuizou ação que aponta vários vícios no processo de licenciamento, conduzido pela Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectam) e que pede o cancelamento das



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República no Estado do Pará**

Licenças Prévia e de Instalação concedidas ao Projeto Juruti. MPF e MPE também pedem que a competência para o licenciamento seja repassada para o Ibama. A decisão do juiz Fabiano Verli, da Justiça Federal de Santarém, foi contrária à argumentação do MP e por isso, o processo está em grau de recurso junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília.

- O Ministério Público Federal (MPF) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) ajuizaram ação civil pública contra a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para obrigar a empresa, em definitivo, a compensar a população indígena Xikrin pelos impactos do Programa Grande Carajás, em Parauapebas, no sul do Pará. A ação tramita na subseção judiciária federal de Marabá e pretende dirimir o conflito instalado entre a empresa, dona do lucro histórico de R\$ 10 bi nos 9 primeiros meses de 2006, e a comunidade indígena de cerca de 900 indivíduos que foi contatada pela primeira vez em 1950. A tentativa do processo é definir, judicialmente e “de uma vez por todas, a origem e os contornos da responsabilidade da CVRD em relação a uma comunidade tradicional, diretamente impactada pela atividade empresarial”.

#### **Violência física declarada**

- O MPF no Pará ajuizou em 2006 um total de 26 ações criminais contra acusados de submeter pessoas a condição análoga à de escravo. Foram 42 denunciados em 15 municípios, a maioria deles localizados na região sudeste do Estado. O município com maior número de denúncias (cinco) foi Paragominas. Em seguida vem Rio Maria, com três denúncias. Ficaram empatados em terceiro lugar, com duas denúncias cada um, os municípios de Abel Figueiredo, Dom Eliseu, Goianésia do Pará e Tomé-açu.
- A Justiça Federal em Marabá condenou o fazendeiro Aldimir Lima Nunes a nove anos de prisão e multa por submeter seis trabalhadores à condição análoga à de escravo. A decisão foi resultado de ação do Ministério Público Federal.
- Em dezembro, a partir de recurso do MPF, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a competência da Justiça Federal para julgar casos de trabalho escravo. Para o MPF, a decisão é relevante e deve agilizar a punição a esse tipo de crime.
- O Ministério Público Federal no Pará denunciou à Justiça Federal cinco acusados por um esquema de compra e venda de trabalhadores para fazendas da região nordeste do Pará, que funcionava em um hotel de Paragominas, o Hotel Pioneiro do Milton, de propriedade de Milton Maciel da Costa. Eles vão responder pelos crimes de formação de quadrilha, redução à condição análoga à de escravo e atentado contra a liberdade do trabalho e podem ser condenados a até oito anos de prisão e multa.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República no Estado do Pará**

- O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação criminal contra dez pessoas por submeterem 170 trabalhadores a condição análoga à de escravo no Pará. As denúncias, divididas em quatro processos, foram feitas à Justiça Federal em Altamira. Segundo relatórios da equipe de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que visitou as fazendas entre 2003 e 2006, os empregados residiam em precárias barracas de lona, consumiam água insalubre, não tinham instalações sanitárias adequadas nem local próprio para refeições e seus direitos trabalhistas não eram respeitados. Os denunciados pelo procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida foram: Olegário da Conceição Santos (fazenda Poço Rico, em Brasil Novo); Jorge Luiz Barbosa Corrêa (gleba Pacoval, em Uruará); Jaime Zaminhan, Nelci Rodrigues e Valdir Alcides Hoffman (madeira Mato Grosso, na localidade de Castelo dos Sonhos, em Altamira); José Carlos Galletti, Romeo Francisco Junqueira Quimarães, José Ribamar Borges Leal, Valdir Leandro de Sá e José Martins Alves de Araújo (fazendas Amazônia e Tucunaré, em Pacajá).
- O MPF acionou a Funai para evitar possíveis confrontos e mortes entre madeireiros e índios tembé, na terra indígena Alto Rio Guamá, na divisa do Pará com o Maranhão. Apesar de a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) já ter feito estudos na localidade e de já estar ocorrendo a retirada dos invasores, grileiros e madeireiros avançaram sobre outra área da reserva para extrair angelim, madeira branca e ipê. Os índios que vivem na reserva enfrentam com o problema de invasão na área desde a década de 1980.
- O MPF encaminhou pedido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para que fosse enviada equipe de fiscalização ao município de Prainha, no noroeste do Estado. O objetivo foi o de evitar conflito entre ribeirinhos e madeireiros.
- A Operação Matinta Perêra executou 10 mandados de busca e apreensão e 24 de prisão temporária em cidades do Pará, para investigar o envolvimento de auditores da DRT/PA num esquema com empresários que tinha por objetivo fraudar as fiscalizações e evitar o pagamento de multas por infrações trabalhistas.
- Caso Dorothy - O Ministério Público Federal acompanhou todos os passos da investigação e do processo judicial e continua observando de perto os desdobramentos do caso.
- O procurador da República do município de Santarém, oeste do Pará, Renato Rezende esteve reunido com os padres Edilberto Sena e José Boeing, alvos de ameaças de morte dentro do site de relacionamentos Orkut. Sena e Boeing apóiam as manifestações que ocorrem na cidade contrárias ao modelo de exploração dos "sojeiros", latifundiários que desmatam a região para o plantio de soja.
- O Ministério Público Federal (MPF) denunciou o coordenador regional da Secretaria de Agricultura (Seagri) do Pará em Altamira, Dino Barile Filho, e o



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República no Estado do Pará**

presidente da ONG Bio Ambiente, Ary Cavalcante, por ameaças a pessoas contrárias à construção do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, no rio Xingu, oeste do Pará. A denúncia foi feita à Justiça Federal em Altamira (PA) pelo Procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida. O procurador pede que Barile Filho e Cavalcante sejam processados, julgados e condenados também por incitação ao crime.

- O Ministério Público Federal (MPF) no Pará encaminhou pedido à Polícia Federal (PF) para que seja investigada ameaça de morte feita ao bispo do Xingu, dom Erwin Krautler. Por telefonema anônimo, o interlocutor disse que o bispo seria assassinado no dia 29 de dezembro de 2006. Dom Erwin recebeu da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) o prêmio José Carlos Castro de Direitos Humanos pela sua atuação em defesa da vida e do meio ambiente do povo da Amazônia.

#### **Moradia**

- Proprietários de 112 mil imóveis localizados na chamada primeira légua patrimonial de Belém, foram beneficiados por decisão da Justiça Federal que os isentou da taxa de ocupação das terras de marinha, cobrada pela Gerência Regional de Patrimônio da União (GRPU). A liminar atendeu parcialmente os pedidos do procurador da República Felício Pontes Jr.
- Em novembro de 2006, uma audiência pública foi promovida pelo MPF com movimentos sociais de Belém que lutam pela defesa do direito à moradia. Foram registrados relatos que denunciam cobrança indevida de taxas e paralisação de projetos de urbanização. O objetivo foi o de analisar, a partir dessas denúncias, quais as ações que cabem ao MPF na defesa dos direitos das comunidades envolvidas.
- Em março de 2007, o MPF vistoriou as obras do projeto de urbanização das comunidades Riacho Doce e Pantanal, em Belém, conhecido como projeto Tucunduba. O objetivo foi avaliar as obras executadas e saber o que ainda está por ser feito. No final de 2006, o procurador da República Alexandre Silva Soares abriu procedimento administrativo para investigar o andamento do projeto, em resposta a denúncias da comunidade de que as obras, financiadas com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estariam paralisadas.

#### **Regularização fundiária**

- Em 2006, foi completada a regularização fundiária de todas as áreas da União habitadas por populações tradicionais em Abaetetuba, nordeste do Pará. O trabalho, coordenado pelo Ministério Público Federal, Gerência Regional do Patrimônio da União e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, garantiu títulos de posse coletivos para mais de 6 mil famílias que vivem em áreas ribeirinhas das 20 grandes ilhas da região.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República no Estado do Pará**

- O Ministério Público Federal venceu mais uma batalha na disputa judicial para garantir a posse das terras à comunidade ribeirinha de Mangabal, no alto rio Tapajós. A Justiça Federal, que em março havia reconhecido o direito dos moradores à ocupação da área e determinado a indisponibilidade da matrícula das terras, concedeu nova liminar ao MPF e restringiu o acesso ao local. Agora só é permitida a entrada com autorização da comunidade.
- O Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública para exigir que a Fundação Nacional do Índio (Funai) apresente relatório para demarcação da terra indígena Cachoeira Seca, localizada nos municípios de Altamira, Ururuá e Placas, no sudoeste do Pará.
- O Ministério Público Federal no Pará interveio em uma ação de imissão de posse do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para pedir urgência na retirada da Serraria Versátil LTDA de uma área da Gleba Cidapar, no município de Cachoeira do Piriá. De acordo com o pedido do MPF, a empresa ocupa irregularmente um lote dentro da Gleba e impede o remanejamento dos colonos que ainda vivem na Terra Indígena Alto Rio Guamá, dos índios Tembé.
- O Ministério Público Federal emitiu recomendação ao Incra para que faça novo levantamento de demarcação dos limites setentrionais da área quilombola Arapemã, que fica entre dois braços do rio Amazonas, às proximidades do lago Pacoval, a 45 minutos de barco de Santarém (oeste do Pará). Na área vivem mais de 90 famílias remanescentes de quilombos ameaçadas pela invasão de criadores de gado e pela extração irregular de argila.
- O Ministério Público Federal no Pará emitiu recomendações para que o poder público efetive a demarcação, implantação e a fiscalização da Reserva Extrativista Arioca Pruanã, em Oeiras do Pará, no nordeste do Estado. A Resex foi criada em 16 de novembro de 2005, por decreto do governo federal, mas as instituições responsáveis pela área não tomaram providências e madeireiros continuam atuando irregularmente nas matas e fazendo ameaças aos moradores. O MPF também ajuizou Ação Civil Pública contra a Santa Rosa Indústria, Comércio e Beneficiamento de Madeira Ltda, para anular os títulos de terra fraudulentos do imóvel rural que a empresa alega possuir dentro da Reserva Extrativista Arioca-Pruanã, em Oeiras do Pará, nordeste do estado.
- O Ministério Público Federal (MPF) no Pará encaminhou recomendação à Associação Quilombola Zumbi dos Palmares do Igarapé Vilar (Arquizumbi), do bairro do Algodual, em Abaetetuba, para que seja demarcada área da comunidade em que está ocorrendo conflito por terra. A demarcação foi sugerida pelos quilombolas, por assembléia geral realizada em dezembro, em que também ficou decidido que deve ser feita a recuperação da vegetação nativa agredida.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República no Estado do Pará**

### **Extração de madeira**

- Em decisão favorável ao Ministério Público Federal, a subseção judiciária federal de Santarém ordenou ao Ibama a doação ou o leilão da madeira estocada no pátio da gerência da instituição no município do oeste paraense. A matéria-prima, apreendida em operações de combate ao desmatamento ilegal, equivale a quase 700 caminhões de madeira, segundo levantamento fornecido pelo próprio Ibama.
- No mês de maio do ano passado, procuradores da República no Pará instauraram inquéritos civis públicos para apurar o desaparecimento das procuradorias jurídicas do Incra e do Ibama responsáveis pelo atendimento das demandas no oeste do Pará. De acordo com o Ministério Público Federal, a falta de procuradores federais e de infra-estrutura nos dois Institutos prejudica o andamento de processos de reforma agrária e o combate ao desmatamento, contribuindo com a situação de instabilidade social no interior do Estado.
- A pedido do MPF, a Justiça Federal determinou em outubro de 2006 que 5 mil toras de madeira apreendidas na operação Kojima sejam destinadas à manutenção de pontes da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), entre os municípios de Santarém e Rurópolis, no Estado. Os reparos serão feitos pelo Exército, por meio do 8º Batalhão de Engenharia de Construção, de Santarém, no oeste paraense.
- Em novembro de 2006, o MPF ajuizou ação civil pública contra o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para forçá-lo a contabilizar a madeira abandonada na Reserva Extrativista (Resex) Verde para Sempre, em Porto de Moz, no oeste do Estado, e identificar os responsáveis por desmatamentos superiores a 500 hectares na região.
- No final de novembro do ano passado, a Justiça Federal concedeu liminar ao Ministério Público Federal impedindo o governo do Pará de criar a Floresta Estadual (Flota) da Amazônia e a Área de Proteção Ambiental (APA) Santa Maria de Prainha. Para o MPF, a criação das duas áreas, anunciadas pelo governador do Estado Simão Jatene como iniciativa de preservação, representa na verdade um ataque ao modo de vida das populações tradicionais da região e privilegia um modelo de exploração predatório da floresta amazônica.
- As parcerias do MPF com outros órgãos como Polícia Federal e Receita Federal se concretizaram em ações como a Operação Ouro Verde, que enquadrou 36 empresários, madeireiros, funcionários do Ibama e fiscais da Secretaria da Fazenda do Pará em 12 artigos do Código Penal Brasileiro.
- O Ministério Público Federal denunciou à Justiça Federal de Belém 14 madeireiros de Nova Esperança do Piriá, nordeste paraense, por crime ambiental. Eles foram flagrados em fiscalização do Ibama nas serrarias do município, com mais de 1.700 metros cúbicos de madeira extraída irregularmente. As penas previstas vão de seis meses a um ano de prisão e multa. Um dos denunciados é o vice-prefeito do



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República no Estado do Pará**

município, Gerson Jorge Pauber, acusado também por incitação ao crime e constrangimento ilegal, o que pode aumentar a pena para quatro anos e meio. Pauber é sócio da madeireira J.R.A. Carvalho Indústria e Comércio, flagrada com quase 270 metros cúbicos de madeira no pátio, sem cobertura da Autorização para Transporte de Produtos Florestais (ATPF).

- Em 2005, destaque-se também a prisão do fazendeiro José Dias Pereira, acusado pela derrubada de cerca de 2 milhões de árvores na região da Terra do Meio, no sudoeste do Pará. Pereira foi preso em Ourilândia do Norte, por agentes da Polícia Federal que cumpriram mandado de prisão preventiva do juiz federal Fabiano Verli, a pedido da Procuradoria da República em Santarém.
- A Justiça Federal determinou que os fazendeiros Lourival Novaes Medrado dos Santos, Sebastião da Silva Lopes e José Avelino Neto saiam das fazendas que ocupam e paralitem qualquer atividade que agrida o meio ambiente, sob pena de pagamento de multa de R\$10 mil caso descumpram a liminar. A decisão judicial foi tomada a partir de pedido do Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA). Dois dos casos estão localizados na chamada Terra do Meio, região de conflitos agrários localizada entre Altamira e São Félix do Xingu.
- A Justiça Federal determinou que 18 servidores públicos que atuam no Pará sejam afastados de suas funções por suspeita de colaboração com criminosos ambientais. O esquema de corrupção foi alvo da operação Ananias, realizada em todo o Estado no início de março pela Polícia Federal e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Os funcionários afastados estão proibidos de acessar os sistemas de dados e de permanecer nas dependências dos órgãos em que trabalham. O pedido do afastamento e das proibições foi feito pelo Ministério Público Federal (MPF) no Pará.

#### **Pecuária**

- O Ministério Público Federal no Pará instaurou Procedimento Administrativo (PA) para averiguar as condições de instalação do projeto pecuário do Grupo Bertin LTDA, que obteve financiamento do Banco Mundial para ampliar sua capacidade de processamento através de frigoríficos instalados em três estados da região amazônica - Pará, Mato Grosso e Rondônia. A empresa, maior exportador de carne bovina e couro do Brasil, é acusada de comprar o produtos de fornecedores envolvidos em crimes ambientais e grilagem de terras, deve receber um financiamento de US\$ 90 milhões da Corporação Internacional de Finanças (IFC), subsidiária do Banco Mundial.

No ensejo, apresento votos de apreço e consideração,

  
**FELÍCIO PONTES JR.**  
**Procurador da República**